



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

3ª Câmara Cível - Recife

, 123, 4º andar, RECIFE - PE - CEP: 50030-260 - F: ( )

Processo nº 0029209-50.2018.8.17.2001

REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_ S/A

REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_

### INTEIRO TEOR

Relator:

FRANCISCO EDUARDO GONCALVES SERTORIO CANTO

Relatório:

**Apelação Cível n. 0029209-50.2018.8.17.2001\***

Apelante: \_\_\_\_\_ S/A

Apelada: \_\_\_\_\_ Relator: Des. Eduardo  
Sertório Canto

### RELATÓRIO

**Ação originária: \_\_\_\_\_ ajuizou ação ordinária contra \_\_\_\_\_ S/A, objetivando a cobertura de tratamento de estimulação magnética transcraniana – EMT, em virtude de “transtorno depressivo recorrente e transtorno mental não especificado”.**

**Sentença: o juízo da 28ª B Vara Cível julgou procedente em parte os pedidos da inicial nos seguintes termos:**

*Ante o exposto, com base na fundamentação retro expendida, **julgo parcialmente procedente** o pedido autoral, na forma do art. 487, I, do CPC, para:*



- a) Ratificar a tutela de urgência, parcialmente concedida, dentro daqueles moldes, produzindo seus efeitos.
- b) Condenar a parte demandada a pagar à autora uma indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, bem como corrigidos de acordo com a tabela do ENCOGE, tudo a contar do arbitramento  
(Súmula n.º 362 do STJ);
- c) Condenar a demandada ao pagamento das custas processuais e ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do advogado da parte autora, que fixo, com base no § 2º do art. 85 do CPC, em 15% sobre o valor da condenação.

**Apelação da Bradesco: Sem preliminares. No mérito, afirma não estar provada a negativa de cobertura por parte da seguradora. Em seguida, diz ter o segurado cancelado o contrato com a seguradora, não havendo obrigação de custeio do serviço solicitado. Adiante, afirma não estar o procedimento de Estimulação Magnética Transcraniana previsto na THSM e no Rol de Procedimentos / RN no 428 – vigente a partir de 2/1/2018. Assim, não é, portanto, passível de cobertura. Afirma que aumento de gastos com os procedimentos resultara em encarecimento do valor dos prêmios e, por consequência, no desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Insurge-se contra o valor arbitrado a título de danos morais (R\$ 4.000,00), por ser excessivo. Ao final, pugna pela improcedência do pedido.**

**Contrarrazões de Ednaldo: Sem preliminares. No mérito, requer o não provimento do recurso, esclarecendo que, ao tempo da solicitação do tratamento, o contrato ainda estava em vigor.**

**Em razão do requerimento da Bradesco realizado no apelo, determino à Diretoria Cível que as intimações desta sejam exclusivamente em nome do advogado Thiago Pessoa Rocha, OAB/PE 29.650.**

É, em suma, o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife,



# EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator

X

Voto vencedor:

## VOTO

**Sobre o tema já havia me manifestado anteriormente. Trago os seguintes precedentes: 0045342-36.2019.8.17.2001, 0038469-54.2018.8.17.2001.**

De acordo com as razões recursais, **Ednaldo** foi diagnosticado com **depressão grave**, sem conseguir obter o controle da doença pela mera administração de medicamentos, razão pela qual pretende por meio de tratamento de Estimulação Magnética Transcraniana (EMT).

**Eu vinha me posicionando no sentido de deferir o tratamento em questão, por reconhecer, como de fato reconheço, não ser o rol da ANS taxativo, pois contém apenas a referência para a cobertura assistencial mínima obrigatória nos planos de saúde.**

Por esta razão, o posicionamento da Terceira Câmara Cível, em consonância com o entendimento do STJ, é no sentido de que o simples fato do procedimento não constar do aludido rol não se presta como argumento para obstar a cobertura de tratamento médico prescrito ao segurado.

**No entanto, aprofundando os meus estudos, percebi uma particularidade no caso concreto: o tratamento teve a sua inclusão negada no Rol de procedimentos mínimos pela própria ANS.**

**Nesse contexto, o Grupo Técnico do COSAÚDE, responsável por apreciar e revisar as propostas para as alterações no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, em**



**reunião realizada em 2018, achou por bem negar a inclusão do tratamento de estimulação magnética transcraniana – EMT.**

Constou do relatório técnico realizado pelo referido Grupo Técnico parecer ter a representante da Associação Brasileira de Psiquiatria, Dra. Mercêdes Alves esclarecido que:

Em 2012 saiu a primeira resolução do Conselho Federal de Medicina. Na psiquiatria aventou-se a possibilidade da EMT substituir a ECT uma vez que o procedimento causa menos efeito colateral, sem déficit de memória e ainda poderia ser realizado sem anestesia. **Entretanto, constatou-se que sua eficácia era pior que a ECT. Observou-se que há resultados diferentes para diferentes indicações. Adicionalmente, destacou a recaída em até 6 meses após o término das sessões de EMT.** (original sem destaques)

Consta, ainda da Ata de reunião do Comitê a negativa expressa de inclusão da EMT no rol de procedimentos mínimos da ANS. Vejamos:

O Comitê concordou pela recomendação de **não incorporação do procedimento “Estimulação Magnética Transcraniana (EMT)”** pois as evidências apresentadas na revisão sistemática demonstram que **apesar de ser melhor que o placebo em termos de diminuição do escore de Ramilton, o resultado não atingiu o benefício esperado pelos autores.** Quando comparada a ECT, teve um menor benefício. Adicionalmente, o mecanismo de ação ainda não está estabelecido. (original sem destaques)

Ora, se **o Comitê da ANS desaprova a inclusão do referido tratamento** no rol de procedimentos mínimos, outra solução não há senão a de vedar o dever de cobertura por parte da seguradora.



Por tais razões, **apesar de já ter decidido de forma diversa** reiteradas vezes, **revi o meu posicionamento para afastar dever de cobertura por parte da seguradora.**

Nesse ponto, **demonstrada a licitude da negativa** a modificação da sentença se impõe.

Ante o exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao recurso para reformar a sentença apelada, a fim de que seja a presente demanda julgada totalmente **improcedente**. Inverto, ademais, o ônus sucumbencial.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator

x

**Demais votos:**

**Ementa:**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder  
Judiciário**

**Gabinete do Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto** Rua do  
Brum, 123, 4º andar, Recife, RECIFE - PE - CEP: 50030-260 - F: ( )

**Apelação Cível n. 0029209-50.2018.8.17.2001\***

Apelante: \_\_\_\_\_ S/A

Apelada: \_\_\_\_\_

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto



**EMENTA: Apelação Cível. Plano de saúde. Segurada d i a g n o s t i c a d o c o m d e p r e s s ã o . T r a t a m e n t o d e “neuromodulação” (Estimulação Magnética Transcraniana - EMT). Prescrição Médica. Desaprovação de inclusão do tratamento no Rol de procedimentos mínimos de cobertura. Rol da ANS. Distinguishing. Mudança de entendimento. Negativa de Cobertura lícita. Provimento do recurso. Decisão unânime.**

1. O posicionamento da Terceira Câmara Cível, em consonância com o entendimento do STJ, é no sentido de que o simples fato do procedimento não constar do aludido rol não se presta como argumento para obstar a cobertura de tratamento médico prescrito ao segurado.
2. Distinguishing. Particularidade no caso concreto: o tratamento teve a sua inclusão no Rol negada pela própria ANS.
3. Grupo Técnico do COSAÚDE, responsável por apreciar e revisar as propostas para as alterações no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, negou a inclusão do tratamento de estimulação magnética transcraniana – EMT.
4. “O Comitê concordou pela recomendação de não incorporação do procedimento “Estimulação Magnética Transcraniana (EMT)” pois as evidências apresentadas na revisão sistemática demonstram que apesar de ser melhor que o placebo em termos de diminuição do escore de Ramilton, o resultado não atingiu o benefício esperado pelos autores. Quando comparada a ECT, teve um menor benefício. Adicionalmente, o mecanismo de ação ainda não está estabelecido.”.
5. Demonstrada a licitude da negativa. Reforma da sentença.
6. Provimento do recurso. Decisão unânime.



**ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos da Apelação Cível n. 0029209-50.2018.8.17.2001, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em DAR PROVIMENTO ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa e notas taquigráficas que integram o presente julgado.**

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator

X

**Proclamação da decisão:**

À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria

**Magistrados: [BARTOLOMEU BUENO DE FREITAS MORAIS, FRANCISCO EDUARDO GONCALVES SERTORIO CANTO, ITABIRA DE BRITO FILHO]**

RECIFE, 22 de junho de 2020

Magistrado

